XVII SIIU
Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo
21 a 22 agosto 2025
CAMPINAS VALENCIA
19 a 20 junho 2025
DOI: 10.5821/siiu.14414

# A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA PELO ATIVISMO

## análise a partir de lugares de memória e de patrimônio histórico

*NEMEH, Janine*[1]
*GUATELLI, Igor*[2]
*SILVA, Tania*[3]

***Abstract***

*This article explores how memory is constructed through popular activism and its expression in different territories. Some of these actions go beyond the territory, others are raised from a territorial specificity, but both broaden discussions on human rights and restorative justice. The hypothesis suggests that the place of memory serves as a basis for activism, which, in turn, resignifies urban space. The objective is to investigate the social and cultural values that underlie these manifestations in the cases analyzed, emblematic places of human rights violations, such as Plaza de Mayo (in Buenos Aires) and Capela dos Aflitos (in São Paulo). The methodology includes theoretical references that contextualize the heritage of pain and cultural heritage, activism and collective memory, based on a bibliographic review that highlights the importance of public space in the 20th century, inspired by the reflections of Hannah Arendt. This critical reflection emphasizes that collective memory is a continuous process of construction and reconstruction, essential to strengthen social identity and promote actions against the erasure of history by hegemonic groups. Thus, memory becomes a vital tool in the fight for justice and recognition.*

***Keywords:*** *activism, places of memory, historical heritage, heritage of pain.*

***Resumo***

*Este artigo explora como a memória é construída por meio do ativismo popular e sua expressão em diferentes territórios. Algumas dessas ações extrapolam o território, outras são levantadas a partir de uma especificidade territorial, porém ambas ampliam discussões sobre direitos humanos e justiça restaurativa. A hipótese sugere que o lugar de memória serve como base para o ativismo, que, por sua vez, ressignifica o espaço urbano. O objetivo é investigar os valores sociais e culturais que fundamentam essas manifestações nos casos analisados, locais emblemáticos de violação de direitos humanos, como a Praça de Maio (em Buenos Aires) e a Capela dos Aflitos (em São Paulo). A metodologia inclui referenciais teóricos que contextualizam o patrimônio da dor e o patrimônio cultural, ativismo e memória coletiva, a partir de uma revisão bibliográfica que destaca a importância do espaço público no século XX, inspirada nas reflexões de Hannah Arendt. Tal reflexão crítica enfatiza a importância de ações políticas coletivas, que*

[1] Doutoranda do PPGAU da Universidade Presbiteriana Mackenzie - Arquitetura e Urbanismo, docente da Fatec Victor Civita. Brasil, ORCID 0009-0008-2879-9586 e e-mail: nemehjanine@gmail.com. (Pós-Graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie - TAXA CAPES).

[2] Docente do PPGAU da Universidade Presbiteriana Mackenzie - Arquitetura e Urbanismo e Coordenador do grupo de pesquisa Cidade e Arquitetura e Filosofia. Pesquisador Associado do Laboratório GERPHAU-ENSA Paris - La Villette. Brasil, https://orcid.org/0000-0002-3937-8073, e-mail: igor.guatelli@mackenzie.br.

[3] Doutora pela Universidade Presbiteriana Mackenzie - Arquitetura e Urbanismo, docente da UAM - Universidade Anhembi Morumbi - Campus Mooca. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Foi Coordenadora do Laboratório Preserva, de Preservação e Restauro da Fau-Uam., https://orcid.org/0000-0003-4321-727X, e-mail: tmiotto@uol.com.br.

*permitam a pluralidade de vozes. O foco deste artigo, portanto, é o ativismo político associado a um lugar tornado patrimônio por essa ação; um devir-patrimônio do espaço público possibilitado pela participação ativa da sociedade.*

***Palavras-chave:*** *ativismo, lugares de memória, patrimônio histórico, patrimônio da dor.*

---

***Área temática:*** *Paisagem.*

***Subárea temática:*** *Fenomenologia do lugar: paisagem, memória, identidade e coesão social.*

## 1. Introdução

Este artigo centra-se na importância do ativismo para a salvaguarda da memória coletiva de alguns grupos, a ação como a centelha necessária para ressignificações do espaço urbano. A premissa é considerar o patrimônio como fato social, com valores culturais gerados pela sociedade, e aqui construído e evidenciado pelo ativismo.

Piubel e Mello (2021) discutem como eventos históricos traumáticos permanecem como passados vivos no presente e destacam a relevância dos patrimônios sensíveis. Em meio aos movimentos antirracistas de 2020 e suas demandas por justiça e memória, os autores exploram a conexão entre esses patrimônios sensíveis e a construção da memória coletiva.

> "[…] nos pareceu potente propor reflexões sobre patrimônios sensíveis e suas relações com a memória, os temas sensíveis e o ensino de História. Consideramos que o colonialismo deixou diferentes marcas em nossa sociedade, desenvolveu preconceitos e intolerância, eliminou histórias e conhecimentos, inferiorizou culturas e nomeou opressores como heróis(Piubel e Mello, 2021, p. 73).

Como abordado por Casarin e Castriota (2020) o patrimônio já deve pressupor uma abrangência, algo que:

> […] algo que carrega em si uma significância representativa de determinado grupo social, indicando a herança deixada por uma cultura, cujo legado é inegável para a contínua construção da plural e transversal história da civilização humana (Casarine Castriota, 2020, p. 2).

Os autores citam os "novos patrimônios",

> […] como descreve Borges em sua recapitulação de Poulot, podemos encaixar sítios históricos carregados de dor, podemos encaixar sítios históricos carregados de dor, opressão, sofrimento e privação de liberdade individual, de expressão e violações atrozes aos mais básicos direitos humanos (Casarine Castriota, 2020, p. 6).

Há controvérsias sobre preservar ou apagar locais marcados por memórias de dor e de opressão, reconhecendo que o tema é sensível. Apesar da falta de consenso, a UNESCO[4] classifica alguns desses lugares como Sítios Históricos de Memória Sensível, como o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo no Rio de Janeiro, decretado em 2017 pela UNESCO como Patrimônio Mundial, num reconhecimento aos quatro milhões de africanos escravizados no Brasil.

Este conceito teve origem na Coalizão Internacional de nove líderes de Museus de Consciência de Sítios Históricos, que em 1999 na Itália, incluíram o Projeto Lembrar (Argentina),[5] na categoria destes sítios.

> Porém, centenas desses corpos desaparecidos pela repressão não eram indivíduos completamente atomizados ou isolados na sociedade argentina; eram entes que possuíam família, amigos, que passariam a buscar respostas

[4] Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – é uma agência especializada das Nações Unidas com sede em Paris, fundada em 16 de novembro de 1945.

[z] A Triple A (Alianza Anticomunista Argentina) foi uma gangue fascista que atuou durante o terceiro governo peronista. Disponível em: https://espacoantifascista.net/2022/05/06/historia/a-triple-a-antessala-da-ditadura-argentina/ (Acesso: 14/05/2025).

> sobre seu paradeiro. Foi assim que começa a se organizar, em 1977, um movimento social dos mais importantes da época: a *Asociación Madres de la Plaza de Mayo* (Abrão, 2021, p. 75).

A memória coletiva é necessária na transmissão do legado cultural, material ou imaterial, cujo histórico deve fornecer valores e premissas que possibilitem a construção da liberdade para as próximas gerações. No aspecto traumático, destacamos:

> A memória traumática é a face de maior força em nossos tempos, herança de conflitos e violências que assolaram o século passado e não desapareceram neste, sem contar os desastres naturais. O trauma cultural é aqui tomado, um pouco na linha de Neil Alexander, como a memória aceita por uma comunidade e evocando evento ou situação carregada de afeto negativo, tida como indelével ou ameaçando seus valores e trazendo perturbações pela dificuldade de assimilação e horizonte final (Meneses, 2018, p. 4).

Continuando sobre o patrimônio sensível a partir de memórias traumáticas: “Faz-se necessário portanto resgatar estas memórias ocultas da história oficial, de modo a preencher ao máximo as lacunas tão presentes no passado histórico de milhares de seres humanos” (Casarine Castriota, 2020, p. 17). Neste sentido, os casos escolhidos para este trabalho vão buscar na história não oficial, no acontecer do ato, a verdade de suas dores e revisões necessárias das narrativas de silenciamento impostas.

## 2. Objetivos

Análise da construção da memória através do ativismo popular e sua manifestação no território. Ações ligadas a ativismos são levantadas a partir de territórios específicos, destacando ações e manifestações no espaço público aberto ou edificado. Seleção de casos que permitem a ampliação de debates sobre direitos humanos, justiça restaurativa, ações reparatórias. A hipótese sugere o espaço público tornado lugar de memórias a partir da ancoragem e potencialização da prática do ativismo.

## 3. Análise de dois lugares de manifestação e ativismo político e construção de memória

Os dois lugares escolhidos para o artigo apresentam aspectos de ativismo político em defesa da memória e da justiça restaurativa.

### 3.1. A Praça de Maio, em Buenos Aires, como local de memória

Os desaparecimentos na Argentina, dirigidos por grupos de ultradireita, como a AAA (Aliança Anticomunista Argentina) começaram a acontecer antes mesmo do golpe da ditadura (em 24/03/1976), com 900 desaparecimentos na primeira etapa, e depois chegando a até 30 mil desaparecimentos forçados, com a ditatura institucionalizada. Os familiares das vítimas de torturas e mortos não conseguiam informações junto aos órgãos e procuravam entidades de direitos humanos para ter apoio. “Essas organizações passaram a se constituir como os principais centros de denúncias e da difusão das violações aos direitos humanos e também locais em que vítimas e familiares buscavam apoio e solidariedade” (Paula, 2014, p. 48).

A Liga Argentina de Direitos do Homem teve papel importante neste cenário para que famílias pudessem gerar ações coletivas através do grupo de Familiares Desaparecidos e Presos por Razões Políticas, formado em agosto de 1976. Por discordâncias estratégicas, algumas mulheres dariam início ao movimento denominado Mães da Praça de Maio. Azucena Villaflor propôs protestar na Praça de Maio em Buenos Aires, e o primeiro encontro ocorreu em 30 de abril de 1977, com apenas 14 mulheres.

O grupo definiu se reunir às quintas-feiras às 15h30min, e, com o tempo, atraiu cada vez mais participantes, realizando marchas em torno da Pirâmide de Maio.

> [...] uma vez que não era proibida a circulação ao redor da Praça, momento no qual as Madres somaram-se num ato de marcha local de trinta minutos no sentido anti-horário em torno da pirâmide da praça, constituindo seu novo espaço político. A ação de circular carregava a simbologia de ir de encontro às ordens policiais [...] (Dauer, 2018, p. 94).

As mães uniam-se de braços dados para conversar, compartilhar histórias e planejar ações sem serem acusadas de fazer reuniões. Usavam lenços brancos na cabeça como símbolo de identidade e "como forma de afirmação de suas identidades" (Paula, 2014, p. 55) – e em ações fora da Praça, sempre pela alusão ao desaparecimento dos filhos.

Ao ocuparem o espaço público e pelo caráter coletivo da reinvindicação, as Mães da Praça de Maio desenvolveram diversos repertórios de confronto político – ou seja, práticas históricas e inovadoras usadas por movimentos sociais para defender suas causas e enfrentar ideias opostas (McAdam *et al.*, 2009, n.p., apud Dauer, 2018, p. 95).

Com o crescimento da associação, mães de todo o país, incluindo do interior, se uniram ao movimento expandindo sua presença para além de Buenos Aires. Castelli destaca que:

> O questionamento da representação e prática materna foi fundamental para o surgimento do grupo, ocorreu um processo que as próprias Madres chamaram de "socialização da maternidade". Esta é notória em praticamente todos os processos desenvolvidos por estas desde sua constituição como agente político na história argentina (Castelli, 2012, p. 5).

Dauer (2018, p. 94) destaca que a maternidade das Mães da Praça de Maio se tornou uma identidade coletiva e política, fortalecendo sua atuação como defensoras dos direitos humanos. Apesar do desprezo da sociedade e da repressão violenta da ditadura, que as deslegitimava e perseguia, "o fator materno reforçou ainda considerável liberdade de expressão já que nem as forças repressivas sabiam como lidar com tal formação" (Castelli, 2012, p. 9).




**Fig. 1** *Hebe de Bonafini, presidente da Associação de Mães da Praça de Maio.* Fonte: Rossi, 2022

### *3.1.1. Papel e configuração do espaço físico da Praça no processo de denúncia e manifestação coletivas*

A Praça de Maio, no centro de Buenos Aires, é um símbolo histórico e político da Argentina. Seu nome homenageia a Revolução de Maio de 1810, ocorrida entre os dias 18 e 25 daquele mês, que marcou o início do processo de independência do país, oficializada em 1816.

> "O patrimônio que representa a memória e a justiça torna-se espaço de um discurso que cumpre a missão às causas para os direitos humanos. Esta forma de dar voz é oportuna na ressignificação dos espaços, assegurando que gerações aprendam com o passado, seja com as imagens dos

> desaparecidos ou com relatos e documentários sobre as tragédias" (Parzianello e Parzianello, 2018, p. 11).

A Praça de Maio tornou-se um patrimônio simbólico de busca por verdade e justiça restaurativa, especialmente nas marchas das Mães às quintas-feiras – que continuam até hoje –, um local de memória do próprio movimento e definitivo para a história da luta pública pelos filhos e netos desaparecidos sob a ditadura. O ativismo protagonista escolhe o seu território de representação.

As Mães criam estratégias próprias, o que Hannah Arendt coloca como a força criativa que permite novas possibilidades. Mulheres "livres e iguais faz da pluralidade e do conflito o germe do poder", do verdadeiro poder, que nasce da manifestação e haver um lugar onde os cidadãos possam se reunir. Esse era "o espaço político propriamente dito" (Arendt, 2011, p. 59 apud Kretle, 2020, p. 207). Afinal "[...] não resta nenhuma outra causa a não ser a mais antiga de todas, a única, de fato, que desde o início de nossa história determinou a própria existência da política: a causa da liberdade em oposição à tirania" (Arendt, 2011, p. 35 apud Mendes, 2022, p. 18).

Dauer (2018, p. 94) cita: "Localizada em frente ao palácio presidencial, a Praça de Maio tornou-se um lugar de interações, disputas, negociações e oposições políticas às Madres", que foram chamadas de "loucas"; mas elas reconfiguraram o uso do espaço público, criando símbolos e estratégias de protesto. "A Praça de Maio impulsionou as Madres como um trampolim ao cenário internacional" (2018, p. 95).

> Ao ocuparem os espaços públicos, as Madres desenvolveram amplos repertórios de confronto político, mas nem sempre com a mesma intensidade positiva e chamativa para a população, sendo necessária a modificação de suas táticas. Os confrontos políticos, localizados culturalmente e socialmente nos indivíduos, não surgem de maneira isolada (Dauer, 2018, p. 94).

A Praça de Maio se tornou um espaço de encontro direto e igualitário entre as Mães que passou a representar a luta por memória, justiça e verdade, consolidando o símbolo do "Nunca Más" na Argentina.[6]

> Na Argentina o tão emblemático Nunca Más representa bem esta nova atitude, numa memória em que tão importante como olhar o passado é enfrentar o presente e perspectivar o futuro de forma a que não seja necessário um novo livro Nunca Más. Neste sentido é importante verificar quem e que grupos da sociedade se transformam em agentes da memória (Parzianello e Parzianello, 2018, p. 5).

Como a ocupação desses espaços por agentes da memória permite revelar seu potencial histórico. As Mães da Praça de Maio são, assim, agentes da memória, em que destaca-se a relação entre espaço físico e memória:

> "A patrimonialização de lugares é um importante instrumento de reconhecimento público, preservação e consolidação de políticas públicas de construção crítica da memória das ditaduras. Com efeito, trata-se de um processo político indispensável, (...) para a difusão de informações sobre as violações ocorridas no passado" (Jatene *et al.*, 2023, p. 19).

### 3.2. A Capela dos Aflitos, em São Paulo, como local de não apagamento de memória.

O outro objeto de pesquisa é a capela de Nossa Senhora dos Aflitos, conhecida como Capela dos Aflitos, no bairro da Liberdade em São Paulo. Tem sua origem ligada ao Cemitério dos Aflitos, primeiro cemitério público de São Paulo, onde se sabe terem sido enterrados negros condenados à morte, muitos enforcados. Sua história traz o viés de memórias de dor e sequências de apagamentos históricos.

[6] *Nunca Más* é o título do informe (livro) elaborado pelo CONADEP (Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas), editado em 1985.



**Fig. 2** *Capela dos Aflitos, 1939.* Fonte: Spcity, 2024

As escavações que ocorreram em 2018, como citou Sônia Cunha, arqueóloga coordenadora da pesquisa em campo, revelaram que:

> [...] no mínimo, a descoberta comprova que o primeiro cemitério de São Paulo era destinado às populações marginalizadas socialmente, aos escravizados, aos presos, aos pobres, às pessoas com doenças contagiosas, aos condenados à forca e àqueles que não possuíam família (Reis, 2018).

O Sítio Arqueológico do Cemitério dos Aflitos, cadastrado pelo IPHAN em 2020, tem grande importância histórica por recuperar uma memória quase esquecida. Escavações ao redor da Capela, com o achado de ossadas de nove indivíduos, segundo os estudos, confirmam que foram sepultadas pessoas executadas – indígenas e escravos, como descrito no Sítio Arqueológico do Cemitério dos Aflitos, no Portal do IPHAN (2020).

Como relata Oliveira (2020, n.p., apud Rodrigues 2021, p. 82) o “Cemitério dos Aflitos foi o primeiro sepulcro público de São Paulo, datado de 1775, e tinha no seu terreno a Capela dos Aflitos, construída inicialmente de taipa de pilão e inaugurada em 1779. Sua área se estendia pela quadra das ruas da Glória e dos Estudantes”.

A história da Capela se fortalece através do mártir popular Chaguinhas, reconhecido pelo povo, pela comunidade e não pela história oficial; considerado rebelde e condenado à forca em 1821. Chaguinhas, o Francisco José das Chagas, foi um soldado condenado à morte por liderar um motim militar em busca de igualdade entre tropas brasileiras e portuguesas. Sua execução gerou comoção, pois a corda da forca se rompeu duas vezes, e há relatos de até uma terceira falha, o que “teria obrigado seus carrascos a concluírem a execução com um punhal. Apesar das divergências, as fontes concordam que ao menos uma tentativa foi frustrada, o que gerou comoção pública pela clemência e chocou o fato de ele não ter sido anistiado” (Oliveira, 2020 n.p. apud Rodrigues, 2021, p. 80).

Os relatos indicam que antes de sua execução o soldado teria ficado na sala do templo, onde hoje seria o velário. Atualmente, a porta lateral da capela, que teria abrigado Chaguinhas, recebe pedidos de orações, cartas e preces dos devotos (Oliveira, 2020, n.p. apud Rodrigues, 2021, p. 82).

A Capela dos Aflitos tornou-se símbolo de resistência da população negra e luta pela sua preservação por meio da União dos Amigos da Capela dos Aflitos (Unamca), enfrentando o risco de apagamento histórico dessa memória.

> “A UNAMCA atua desde 2018 na Capela de N Sra. das Almas dos Aflitos (1779), que pertencia ao extinto Cemitério dos Aflitos (1774), fazendo a zeladoria deste patrimônio histórico tombado pelo CONDEPHAAT e CONPRESP, estando dentro do sítio arqueológico dos Aflitos no bairro da Liberdade no centro da cidade de São Paulo, onde luta por seu restauro” (MuseusBr, 2025).

A UNAMCA consolidou seu movimento, como zeladora do patrimônio, valorizando as memórias negras da Capela dos Aflitos e do bairro, com ações educativas, antirracistas, conduzidas de forma autônoma por voluntários e com apoio de alguns especialistas em patrimônio. Foram iniciados trabalhos de restauro da Capela, um resultado e vitória das ações desta União:

> O restauro é significativo para a história da capela por ser um patrimônio que resiste dentro de um bairro que sofreu gentrificação na década de 1920 e atualmente é conhecido pela população e cultura oriental. A partir disto, a história da construção social negra da região vem sendo progressivamente apagada. A Capela dos Aflitos é, portanto, um fio que ainda traz um pouco do passado sobre africanos e descendentes que viveram na Liberdade, durante os séculos 18 e 19 (Nascimento, 2022).

## 4. Resultados e conclusões

É possível verificar que:

> [...] premissas metodológicas do papel da memória nas transições e nas mudanças políticas: primeiro, a plasticidade da memória, sempre aberta às construções e reconstruções; segundo, as memórias são representações do passado, inseridas em contextos políticos, culturais e sociais específicos [...] a memória não é somente suscetível a mudanças, mas é também um poderoso agente de mudanças políticas, capaz de transformar a relação dos indivíduos com o passado e promover a revisão de valores anteriormente formados (Jatene *et al.*, 2023, p. 3).

Segundo o enfoque deste artigo procura-se reconhecer o espaço como Lugar de Memória, a partir de mobilizações sociais. Para a construção desse lugar é necessário haver uma "vontade de memória" (Nora, 1993, p. 22 apud Jatene *et al.*, 2023, p. 7) e a intenção de atribuir significado a vestígios materiais.

A luta das Mães da Praça de Maio continua viva, articulando um discurso em defesa da verdade, da memória e dos direitos humanos, com a realização das marchas semanais. A memória, assim, é uma forma contínua de resistência e defesa da democracia. O lugar de memória, tornado público na sua própria natureza, ressignificou o espaço da Praça como espaço de manifestação pela liberdade efetiva.

A criação de instituições e lugares que promovam ações políticas, simbólicas e pedagógicas estimulam a consciência crítica e o processo participativo da sociedade (Catela, 2001 et al. apud Jatene *et al.*, 2023, p. 3). Hannah Arendt, citada por Brepohl (2018), vê a política como uma ação coletiva e plural, onde a convivência entre diferentes é essencial para a vida pública. Assim, o espaço da Praça se fortalece através da vida pública, agora no seu real conceito político.

Quando os testemunhos das vítimas ocupam o espaço público, eles enriquecem os registros históricos, preenchendo lacunas deixadas pela documentação oficial (Napolitano, 2018). Lugares de memória ganham valor nesse processo, mas a memória coletiva precisa ter uma função social e ser constantemente questionada para não se tornar ideológica (Huyssen, 2000; Meneses, 1992; Ricoeur, 2018, n.p. apud Jatene *et al.*, 2023, p. 5).

Segundo Paul Ricoeur (2018, p. 131), esses espaços só mantêm sua força simbólica quando carregados de significado pelos grupos sociais no presente; caso contrário, são apenas locais históricos, sem vida ou memória ativa. Meneses (2018, p. 4), aponta a memória mais pragmático como ferramenta ética, política e identitária, voltada à ação; nesse cenário, ganham destaque a memória traumática e a memória coletiva. E destaca a importância no cotidiano da população se apropriar dos espaços de memória, o que pressupõe um ativismo.

Com relação ao ativismo, enquanto manifestação do cidadão, evocamos o pensamento de Arendt, (1973, n.p. apud Brepohl, 2018, p. 207): o oásis

> seria uma política, entendida não como administração ou governo, mas como ação plural entre os diferentes e divergentes partícipes do espaço público. Em outras palavras, a essência da política está na ação conjunta de pessoas que participam desse campo de ação coletiva, onde diferenças são reconhecidas e valorizadas, permitindo pluralidade de vozes e onde a diversidade é fundamental para a vida pública.

O ativismo militante é uma forma intensa de engajamento que combina entusiasmo e indignação, impulsionada por uma reação contra injustiças ou problemas sociais. Arendt menciona que mesmo que as motivações subjetivas dos ativistas incluam um senso de dever, isso não diminui a intensidade das emoções envolvidas: em suma, o ativismo entrelaça sentimentos entre agir e a resposta a situações de injustiça (Arendt,1973, n.p. apud Brepohl, 2018, p. 210).

Dauer (2020, p. 134) fala da ação da coletividade produzindo "práticas e experiências políticas não apenas a partir de suas ações quotidianas conjuntas, mas também de próprios corpos em movimento". Estas práticas políticas precisam do espaço físico, como "espacialidade da ação coletiva", daí a "importância do lugar, da dimensão territorial relacionada à identidade" (p. 130).

Nesta ação da coletividade, Arendt defende que o poder surge do encontro plural e conflituoso entre pessoas livres em um ambiente voltado ao debate político. E há muita importância no ativismo pois "o poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantém unido" (Arendt, 2007, p. 201). Por fim, o pensamento arenditiano destaca a importância de que "[...] as minorias descontentes tenham a oportunidade de protestar em conjunto e gerar seu próprio poder" (Cardoso, 2017, p. 89). Que os silenciados na história tenham a oportunidade de continuar falando pelas vozes de uma população defensora de uma memória ativa.

## 5. Referências


ARENDT, H. (2007). *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária..

ABRÃO, R. (2021). *Políticas de memória no Brasil e na Argentina: lembranças do nunca mais*. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC. https://editoriaemdebate.ufsc.br/catalogo/wp-content/uploads/RACHEL-ABRAO-POLITICAS%20DE%20MEMORIA.pdf. (Acesso: 23/05/2025).

BREPOHL, M. (2018). As violências do estado de exceção e a defesa da memória contra a invisibilidade dos grupos vulneráveis. *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (Belo Horizonte), 117, 321-361. https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/622/500. (Acesso: 12/04/2025).

BORGES, V. (2018). Memória pública e patrimônio prisional: questões do tempo presente. *Revista Tempo e Argumento* (Florianópolis), 10, 23, 310–332. https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018310. (Acesso: 23/05/2025).

CARDOSO, S. (2017). *Hannah Arendt: desobediência civil e liberdade*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. https://wp.ufpel.edu.br/ppgfil/files/2016/02/DISSERTA%C3%87%C3%83O-SILVIO-CESAR-GOMES-CARDOSO.pdf. (Acesso: 23/05/2025).

CASARIN, T.; CASTRIOTA, L. (2020). Perspectivas na preservação do patrimônio sensível: abordagens iniciais. *Revista FÓRUM PATRIMÔNIO: Ambiente Construído E Patrimônio Sustentável* (Belo Horizonte), *11*(2), 1-18. https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/34027. (Acesso: 12/01/2025).

CASTELLI, N. (2012). Conhecendo as Mães da Praça de Maio: ensaio do perfil da Associação. XII Encontro Estadual da História. ANPUHRS (Rio Grande, RS), 23-27, julho (paper). https://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1345839063_ARQUIVO_TextoanaisANPUH2012.pdf. (Acesso: 10/04/2025).

DAUER, G. R. (2018). A única esperança? As Mães da Praça de Maio e a Embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires na busca dos desaparecidos da ditadura civil-militar Argentina (1976-1983). *Revista de Relações Internacionais da UFGD* (Dourados), 7, 14, 218-249. https://doi.org/10.30612/rmufgd.v7i14.9123. (Acesso: 04/02/2025).

DAUER, G. R. (2020). Os Estudos Decoloniais e as teorias dos movimentos sociais: repensar e denunciar o eurocentrismo epistemológico das ações coletivas na América Latina. *Contextualizações Latino-Americanas,* 22, janeiro-junho, v. 1 n. *22*(13), 126-138. ISSN:2007-2120. https://contexlatin.cucsh.udg.mx/index.php/CL/issue/view/718 (Acesso: 23/05/25)

JATENE, C.; CRIVELENTE, M. e KOBASHI, N. (2023). Lugares de Memória das Ditaduras Civil-Militares. MEDIAÇÕES, *Revista de Ciências Sociais* (Londrina), 28, 3, 1-24. https://www.scielo.br/j/mediacoes/a/gmJThnQM5cfVkwVYsgQVJGK/?format=pdf&lang=pt. (Acesso: 23/05/2025).

KRETLE, E. (2020). A superação da concepção liberal de liberdade em Hannah Arendt. Griot: *Revista de Filosofia* (Bahia), 20, 2, 202–214 (Acesso: 06/04/2025). https://www.redalyc.org/journal/5766/576664144033/576664144033.pdf. (Acesso: 23/05/2025).

MENDES, E. (2022). Hannah Arendt e o fenômeno revolucionário. *Controvérsia-UNISINOS*. (São Leopoldo), 18, 3, 15–33.

MENESES, U. (2018). Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática. Conf. 10. Encontro Paulista de Museus – Memorial da América Latina / 18-20 julho (paper). https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2023/03/ulpiano-bezerra-de-meneses_museus-e-ambiguidades-da-memoria.pdf. (Acesso: 23/05/2025).

NAPOLITANO, M. (2018). Aporias de uma dupla crise: história e memória diante de novos enquadramentos teóricos. *Sæculum - Revista de História*, *[S. l.]*, 39 (jul./dez.), 205–218. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6725.2018v39n39.40930. https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/40930. (Acesso: 26/05/2025).

PARZIANELLO, S. B.; PARZIANELLO, G. L. (2018). "¿Quién te falta?": as mães da Praça de Maio na Argentina e a memória do autoritarismo contra os seus direitos. *Missões: Revista De Ciências Humanas e Sociais*, *4, 1*, 1–13. https://revistamissoeschs.com.br/missoes/article/view/58/56. (Acesso: 23/05/2025).

PAULA, A. (2014). *Pensar a democracia: o movimento feminino pela anistia e as Mães da Praça de Maio (1977-1985)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21012015-185723/publico/2014_AdrianaDas GracasDePaula_VOrig.pdf. (Acesso: 23/05/2025).

PIUBEL, T. & MELLO, R. (2021). Patrimônios sensíveis, ensino de História e disputas de memória: fissurando o "mito bandeirante". *Revista História Hoje* (São Paulo) 10, 19, 53-76. https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/737/385 (Acesso: 23/02/2025).

ROSSI, A. (2022*). Líder das Mães da Praça de Maio, Hebe de Bonafini morre na Argentina aos 93 anos.* Brasil. https://www.portalporque.com.br/politica/lider-das-maes-da-praca-de-maio-hebe-de-bonafini-morre-na-argentina-aos-93-anos/. (Acesso: 23/05/2025).

REIS, V. (2018). Arqueólogos encontram mais duas ossadas do tempo da escravidão em terreno na Liberdade, Centro de SP. https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/12/12/arqueologos-encontram-mais-duas-ossadas-do-tempo-da-escravidao-em-terreno-na-liberdade-centro-de-sp.ghtml (Acesso: 13/04/2025).

RODRIGUES, D. (2021). *Cidade em preto e branco: turismo, memória e as narrativas reivindicadas da São Paulo Negra*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento do Turismo) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. São Paulo. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100140/tde-23042021-120824/publico/dissertacao_denise_rodrigues_versaocorrigida.pdf (Acesso: 23/05/2025).

### 5.1. Fontes eletrônicas

NASCIMENTO, J. (2022). Capela dos Aflitos será, finalmente, restaurada, garante Arquidiocese de SP. https://guianegro.com.br/arquidiocese-sao-paulo-restauro-capela-dos-aflitos/ (Acesso: 12/04/2025)

IPHAN.GOV.BR. (2020). Sítio Arqueológico Cemitério dos Aflitos, na Liberdade (SP), é cadastrado pelo Iphan. .http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5580/sitio-arqueologico-cemiterio-dos-aflitos-na-liberdade-sp-e-cadastrado-pelo-iphan (Acesso: 23/02/2025)

LENDAS URBANAS: Capela dos Aflitos. (2024). https://spcity.com.br/lendas-urbanas-capela-dos-aflitos/ (Acesso: 23/05/2025).

MUSEUSBR (2025). UNAMCA – União dos Amigos da Capela dos Aflitos. https://cadastro.museus.gov.br/pontos-de-memoria/unamca-uniao-dos-amigos-da-capela-dos-aflitos/. (Acesso: 23/05/2025).